

Delação da Ecovias atinge PSDB, PT e União Brasil em SP



Pedágio na rodovia Anchieta operado pela Ecovias Robson Ventura - 26.mai.18/Folhapress

Delação da Ecovias atinge PSDB, PT e União Brasil e põe pedágio na eleição de SP

Executivo cita pagamentos de propina e caixa dois a políticos paulistas, que negam acusações; concessionária não comenta

Artur Rodrigues e Rogério Pagnan

SÃO PAULO Uma delação premiada feita por representante da concessionária Ecovias atinge políticos de grandes partidos, como PSDB, PT e União Brasil, com implicações para um tema sensível nas eleições ao Governo de São Paulo.

As acusações envolvem a concessão responsável pelas rodovias Anchieta e Imigrantes, ligadas ao litoral sul e que abrigam as praças de pedágios com a tarifa mais alta do estado: R\$ 20,20 para carros. O valor cobrado dos motoristas na malha rodoviária paulista é alvo de seguidos embates políticos ou eleitorais desde a década de 1990, quando os primeiros contratos foram firmados, inclusive com a Ecovias, pelo governo Mario Covas (PSDB).

Desta vez, a discussão pode ser ampliada pelo conteúdo da delação da concessionária, que levou ao Ministério Público relatos de pagamento de propina e caixa dois para políticos paulistas em 1999 e 2014, conforme trecho ao qual a Folha teve acesso.

Entre os nomes citados estão o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereador Milton Leite (União Brasil), o prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando (PSDB), e os atuais deputados estaduais Edmir Chedid (União Brasil), Roberto Moraes (Cidadania) e Luiz Fernando (PT), além de ex-deputados que se notabilizaram por críticas às concessões paulistas.

Lançado pelo governador João Dória (PSDB), o atual vice, Rodrigo Garcia (PSDB), deve ser candidato ao comando do Palácio dos Bandeirantes neste ano com apoio da União Brasil. O PT, por sua vez, pretende lançar o ex-prefeito Fernando Haddad para a disputa estadual.

Pelo acordo de delação, a Ecovias aceita ressarcir R\$ 650 milhões aos cofres paulistas.

O nome do executivo da concessionária que listou as acusações é mantido em sigi-

lo. A delação está inserida em investigações espalhadas nas esferas eleitoral, cível e criminal — neste último caso, porém, parte das acusações contra políticos já prescreveu.

Em 2020, a Ecovias assinou acordo cível com a Promotoria paulista em que afirma ter havido formação de cartel, pagamento de propinas e repasses de caixa dois em 12 contratos de concessão rodoviária firmados em São Paulo.

As irregularidades, segundo a empresa, duraram de 1998 a 2015, período que inclui gestões Mario Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos governos do PSDB.

O acordo está na casa dos R\$ 650 milhões, sendo R\$ 450 milhões em obras e R\$ 200 milhões para o erário. Ainda há pendência no Conselho Superior do Ministério Público e falta a homologação judicial.

O documento na área criminal a que a reportagem teve acesso menciona apenas uma parcela dos casos relatados à Justiça. Em relação aos relatos mais antigos, o Tribunal de Justiça decretou em junho de 2021 a extinção de punibilidade, mas outra parcela dos citados deve responder à Justiça Eleitoral.

O delator da Ecovias falou ao Ministério Público sobre a atuação de deputados estaduais da Assembleia Legislativa durante CPI para apurar critérios de concessões de rodovias e cobranças de pedágio em São Paulo, em 1999.

De acordo com o relato, faziam parte da comissão os deputados Geraldo Vinholi (PSDB, à época no PDT), Edmir Chedid (União), Cláury Alves Silva (à época no PTB), Roberto Moraes (Cidadania), José Zico Prado (PT) e José Rezende (à época no PL).

Segundo o delator, "todos os parlamentares acima identificados teriam sido beneficiados pelo pagamento de vantagens ilícitas, arcadas pelas 12 concessionárias de São Paulo na época.

O pagamento, segundo ele, ocorreu "sob pena de elaboração de um relatório final [da CPI] desfavorável a elas".

Intimidados, os representantes das concessionárias cederam às criminosas exigências daqueles parlamentares, que, após o recebimento da propina, acabaram confeccionando relatório [da CPI] favorável às empresas

trecho da delação premiada de executivo da concessionária Ecovias

O delator afirmou que as concessionárias resistiram às exigências, mas depois cederam após ameaças de convocação de sócios, dirigentes de bancos financiadores.

"Intimidados, os representantes das concessionárias cederam às criminosas exigências daqueles parlamentares, que, após o recebimento da propina, acabaram confeccionando relatório favorável às empresas", diz o documento.

O delator disse ainda que a Ecovias pagou R\$ 400 mil ao deputado José Rezende, que faria parte do relatório final que tocava nos interesses da empresa concessionária.

Segundo o documento, "os valores foram entregues ao vereador Milton Leite, em três lugares distintos da capital [paulista]". Leite é político influente no estado, atualmente aliado da gestão Dória e presidente da Câmara Municipal paulistana.

De acordo com o delator, o relatório final teria sido positivo para interesse da empresa.

Desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo afirmaram que o caso relativo à CPI de 1999 prescreveu e, por isso, houve extinção da punibilidade dos políticos citados e arquivamento.

O documento, porém, volta a citar a Assembleia Legislativa no contexto de nova CPI relacionada aos pedágios das rodovias, ocorrida em 2014, na qual teria havido pagamento. Desta vez, a título de caixa dois, e não com a promessa de qualquer vantagem à empresa.

De acordo com o delator, as doações seriam para "manter um bom relacionamento com os parlamentares".

Ele afirmou ter dado R\$ 300 mil para o então deputado Antonio Mentor (PT) em um hotel nos Jardins.

De acordo com o documento, o delator insistiu em dizer que o deputado não se "comprometeu a qualquer contraprestação à doação eleitoral, mesmo porque o relatório final da CPI não favoreceu as concessionárias".

Continua na pág. A5

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4 e 5